



Ministro Jorge Felix admite que Abin fez grampo ilegal, revela *Veja*

O general Jorge Armando Felix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, confirmou que um funcionário da própria Agência Brasileira de Inteligência vazou a informação sobre o grampo ilegal feito no presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes. “Um colega de vocês”, disse em reunião reservada com servidores da Abin em novembro, cujo áudio foi obtido e disponibilizado pela revista *Veja*. A reportagem é do jornalista **Expedito Filho**.

“Infelizmente, tem acontecido muitos vazamentos, ocasionados por colegas de vocês. Desde vazamentos que deu origem a toda essa celeuma. Essa reportagem ‘A Abin grampeou o ministro’ foi vazada por um colega de vocês. Está claramente na reportagem”, afirmou Felix. O ministro afirma que o jornalista que fez a reportagem teria informado à Polícia Federal quem foi que vazou a informação à revista. “A PF sabe quem foi.” A revista *Veja* afirma que a declaração do jornalista não ocorreu.

Felix encoraja os servidores a descobrir quem vazou. “Como vocês são homens e mulheres de inteligência podem procurar saber quem foi”, disse. Também pede que não deixem vazarem a reunião, uma conversa entre direção e servidores da Abin. No encontro, o ministro explica que não há o que esconder, mas que não interessa a divulgação da reunião na imprensa. “A imprensa tem lado e muitas vezes o lado não é o nosso. As coisas saem e freqüentemente são distorcidas e se voltam contra nós.” Clique [aqui](#) para acessar o áudio.

O encontro aconteceu na manhã de 13 de novembro, oito dias depois de agentes da PF terem apreendido computadores, documentos e equipamentos de espionagem nos escritórios da Abin no Rio de Janeiro e em Brasília. A busca e apreensão foi feita por mandado judicial no Inquérito que investiga as irregularidades da Operação Satiagraha.

“É a primeira vez que uma autoridade admite que a informação sobre o grampo vazou da Abin. Vamos estudar com cuidado esse material, que já chegou à CPI das Escutas, e, se for o caso, convocaremos o general para esclarecimentos”, afirmou o deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), presidente da CPI, à revista *Veja*. O Gabinete de Segurança Institucional não quis comentar o assunto.

Fora de controle

No áudio, Felix admite que sua preocupação em relação ao mandado de busca e apreensão se devia ao desconhecimento do que havia nos computadores recolhidos pela Polícia Federal, com ordem judicial. Ao procurar se informar sobre o assunto, soube depois de dois dias o conteúdo de parte do que estava armazenado nos equipamentos.

O ministro afirma que a falta de conhecimento sobre as informações nos computadores da Agência subordinada ao GSI o impediu de tomar decisões. “É muito difícil trabalhar sem informação. Estou sendo bem claro, não é jogo de culpa nem nada. Para exigirmos ou termos firmezas nas nossas posições, é preciso que estejamos bem informados. Se tivermos inseguros, fica muito difícil trabalhar. Se o outro perguntar o que tinha nos computadores e disser que não sei ainda, é difícil.”



Felix também disse ter percebido surpresa do ministro da Justiça, Tarso Genro, quando o informou sobre a busca e apreensão realizada pela Polícia Federal. O general conta que fez vários contatos com o ministro para que ninguém tivesse acesso aos computadores. Felix soube que parte do conteúdo dos computadores tratava de nomes de colaboradores, valores pagos a eles, e informações sobre operações, contrariando normas da Agência de que esse material deveria ser armazenado na rede, e não nos computadores.

“O importante é evitar que essas coisas voltem a acontecer e também, principalmente, estabelecer limites para ação judicial em órgãos como a agência de inteligência”, disse. Sugeriu que seja feito um projeto de lei limitando a ação do Judiciário em casos como esses.

Date Created

07/02/2009